



O VIGILANTE

FECHAMENTO
AUTORIZADO.
PODE SER ABERTO
PELA ECT

Informativo do Sindicato dos Empregados das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte / MG - Dezembro de 2025

FITV

CONTRASP

CTB

SETOR DA SEGURANÇA PRIVADA CRESCE E OS SALÁRIOS TÊM DE ACOMPANHAR: MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES VAI DECIDIR A CAMPANHA SALARIAL

Agora estamos na fase decisiva da Campanha. Patronal resiste, ignora pauta aprovada em cerca de 20 assembleias e tenta impor reajuste limitado à reposição da inflação (INPC)

Mesmo com o crescimento do setor nos últimos anos e o aumento do número de vigilantes empregados no país, o patronal insiste em oferecer reajuste apenas pela inflação. As próximas rodadas de negociação serão determinantes - e a categoria pode ser chamada a deliberar sobre medidas mais firmes, incluindo paralisação, caso as empresas mantenham essa postura.

(Leia mais na **PÁGINA 3**)

CAMPANHA SALARIAL 2026



NOSSA FORÇA MERECE MAIS É HORA DE AVANÇAR

RECESSOS DE FIM DE ANO



SINDICATO

Fecha: 22 Dez, 12h
Reabre: 5 Jan 2026



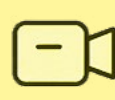
CLUBE

Fecha: 22 Dez
Reabre: 3 Jan 2026



FUTEBOL

Encerra: 13 Dez
Retorna: 7 Feb 2026



LIVE SEMANAL

Última: Ter, 16 Dez
Retorna: 13 Jan 2026



O **13º Salário** deve ser pago em **parcela única até 10 de dezembro**, conforme a Convenção Coletiva da categoria.

A empresa pode optar por dividir o pagamento em duas parcelas: a **1ª deve ser paga até 28 de novembro** (dia 30 cai em um domingo); e a **2ª deve ser quitada até 20 de dezembro**.

É na 2ª parcela que entram os reflexos do adicional noturno, adicional de periculosidade e das horas extras. É nela também que incidem os descontos de INSS e do Imposto de Renda.

13º SALÁRIO



ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

1º ANO DA LEI 14.967/2024: Um balanço dos avanços, desafios e do impacto direto na vida do vigilante. (PÁG. 2)

ESCOLARIDADE DO VIGILANTE

ENTENDA O QUE MUDOU nas exigências para formação e como fica a situação de quem já é da profissão. (PÁG. 3)

1ª Convenção Coletiva da Segurança Eletrônica em MG

1ª CCT DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA: Convenção inédita em MG garante pisos, direitos e segurança jurídica. (PÁG. 4)

UM ANO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA: AVANÇOS CONCRETOS, DESAFIOS ABERTOS

A Lei nº 14.967 de 2024 completou seu primeiro ano de vigência em setembro. O Estatuto da Segurança Privada atualizou regras, ampliou o reconhecimento da atividade e consolidou a competência da Polícia Federal (PF) na autorização e fiscalização do setor. A mudança ocorreu após anos de pressão de entidades representativas e mobilização nacional dos trabalhadores. Sem o decreto regulamentador, porém, a aplicação plena da lei segue incompleta.

Números mostram que o

setor está em expansão. Em dezembro de 2024 havia cerca de 519 mil vigilantes em atividade no país; em maio de 2025, o número chegou a 571mil, crescimento de 10% em cinco meses e acima do desempenho da economia no mesmo período.

Essa evolução confirma a relevância econômica da segurança privada, mas não se refletiu em melhoria para quem trabalha. Para a categoria, desenvolvimento significa salário compatível com o risco, condições adequa-

das e garantia de direitos - e esse ponto permanece em disputa.

O Estatuto também endureceu o combate à clandestinidade. Agora, praticar ou contratar segurança irregular se tornou crime, o que cria base legal para punir empresas e contratantes que operam fora da lei. A mudança é relevante, mas depende de fiscalização permanente da PF e do Sindicato.

NA PRÁTICA - A regulamentação segue "em espera". A PF concluiu a minuta do decreto e a enviou

ao Ministério da Justiça em maio de 2025, mas o texto ainda não avançou. Sem isso, áreas estratégicas - como segurança em grandes eventos, transporte coletivo, monitoramento eletrônico, portos e aeroportos - ficam sujeitas a interpretações, abrindo espaço para que as empresas invistam menos e prefiram contratos com menor proteção jurídica e trabalhista.

Por isso, a CONTRASP, sindicatos e entidades do setor têm cobrado a publicação do decreto, com

critérios técnicos claros e mecanismos eficazes de fiscalização.

O próximo ano será decisivo. A expansão prevista pode representar geração de empregos e maior relevância da profissão, mas também abrir caminho para mais contratos precarizados, como horistas e intermitentes. O reflexo desse movimento vai depender da organização da categoria e da negociação coletiva para garantir salários dignos, condições melhores, formação atualizada e estabilidade.

VIGILÂNCIA EM EVENTOS: ATUAÇÃO EM DEFESA DO TRABALHADOR E CONTRA AS IRREGULARIDADES

Em novembro, o Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais iniciou apuração sobre possíveis falhas de segurança no "aulão" de Inteligência Artificial realizado pelo governo de Minas Gerais no Mineirão, no dia 19/11, que terminou em pancadaria entre estudantes. Nos vídeos que circularam, não há presença visível de vigilantes atuando na contenção. A entidade quer entender como o evento foi organizado, quantos profissionais foram contratados e como eles foram distribuídos no estádio.

Segundo o presidente Edilson Silva, para um público de cerca de 27 mil pessoas, seriam necessários no mínimo 600 vigilantes. "A economia manda: colocam menos profissionais acreditando que nada vai acontecer. Aí o problema aparece", afirma. A categoria busca esclarecimentos da empresa responsável e já acionou os órgãos competentes.

A situação reforça uma preocupação antiga: a falta de EPIs adequados. Para garantir a segurança dos trabalhadores que atuam em eventos, após ser provocado pelo Sindicato, o Ministério Público do Trabalho já realizou duas audiências com diversos outros envolvidos, tais como a Polícia Federal, representantes de arenas e estádios e empresas do setor. O objetivo é avançar em medidas que garantam equipes completas, treinadas e bem equipadas.

O Estatuto da Segurança Privada já torna crime a contratação de empresas irregulares, mas a fiscalização sobre clandestinos depende da atuação da Polícia Federal. "O Sindicato fiscaliza, denuncia, cobra, mas não pode aplicar penalidade contra empresa clandestina, já que, para o Sindicato, essa empresa nem deveria existir. O caminho é denunciar à PF", reforça Silva.

APOSENTADORIA ESPECIAL LINHA DO TEMPO

2019 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA

- Fim da conversão do tempo especial
- Idade mínima obrigatória
- Benefício reduzido
- Risco da profissão deixa de ser reconhecido

2023-2024 – STF EM DISPUTA

- Tema 1209 é aberto
- ADI 6309 recebe votos divididos
- PGR e DPU apresentam posições opostas

2025 – RETOMADA DOS PROCESSOS

- ADI 6309 volta à pauta
- Placar empatado
- Tema 1209 segue parado
- PLP 42/2023 avança no Congresso

2026 – CENÁRIOS POSSÍVEIS

- Direito pode ser restabelecido
- Regras podem ser ajustadas

**NÃO ASSINE
NADA ANTES
DE RECEBER**

ISSO É UMA ARMADILHA!

Nunca assine comprovantes de pagamento, recibos ou entrega de EPI sem ter recebido o valor ou o material.

Esse tipo de prática já está prejudicando muitos trabalhadores na Justiça.

A assinatura antecipada pode:

- Enfraquecer sua prova
- Prejudicar ações na Justiça
- Dificultar a cobrança dos seus direitos

FASE DE NEGOCIAÇÃO DA CAMPANHA SALARIAL 2026



Reunião de negociação entre as entidades que representam as empresas e os trabalhadores é como um cabo de guerra: quanto mais participação e apoio de um lado, mais forte é a pressão no outro.

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais convoca toda a categoria para uma fase decisiva da Campanha Salarial 2026. As próximas rodadas de negociação vão indicar se haverá avanço ou se os trabalhadores serão chamados às assembleias para decidir sobre manifestações mais firmes, incluindo eventuais paralisações.

PRESSÃO PATRONAL - Mesmo com uma pauta construída pelos trabalhadores em 20 assembleias, pelo interior e capital, a representação patronal limita a discussão aos interesses das empresas, com retirada de direitos e ataques às ferramentas de proteção dos trabalhadores.

O objetivo do patronal parece ser empurrar o

processo até o fim do ano para tentar impor apenas a reposição da inflação (INPC) de 2025, sem ganho real e sem melhorias nas cláusulas econômicas e sociais da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

É importante lembrar que as garantias e benefícios da CCT dos vigilantes mineiros - uma das mais fortes do país, conquistada ao longo de 38 anos de luta e união - precisam ser defendidos e renovados a cada ano.

CONTRADIÇÃO - A resistência patronal revela a intenção de reduzir despesas e ampliar lucro às custas da qualidade de vida dos trabalhadores. No entanto, sabemos que o setor da segurança privada está em expansão.

Se o número de vigilantes com vínculo ativo é o maior desde 2018, e os dados de empresas autorizadas pela Polícia Federal indicam crescimento do emprego no setor, o Sindicato questiona **quando esse avanço vai chegar ao bolso e também à vida do vigilante?**

O Sindicato aguarda uma proposta objetiva das empresas. Se o patronal seguir ignorando nossas demandas, novas assembleias serão convocadas para decidir os próximos passos, inclusive a possibilidade de paralisação.

Por isso, acompanhe nossa live às terças; o site ovigilante.org.br; e as redes sociais, além dos boletins via WhatsApp.



Foi a primeira vez que os trabalhadores da região de Itatiaçu se reuniram em assembleia - uma das 20 realizadas a fim de deliberar e aprovar a pauta de reivindicações para 2026

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Pontos principais:

- ✓ 100% do INPC (inflação) acumulado no ano
- ✓ + 5% de produtividade + 5% de ganho real
- ✓ Participação nos Lucros (PLR): 1 salário/ano
- ✓ 30 tíquetes por mês no valor de R\$ 45,00
- ✓ Planos de saúde e odontológico grátis para dependentes + inclusão dos pais
- ✓ Fim da modalidade de contrato de trabalho intermitente (precarizado)
- ✓ Cesta básica nas férias, licenças e durante afastamento pelo INSS
- ✓ Cesta básica extra de Natal e aniversário
- ✓ Segurança em Eventos: R\$ 211,69 diária para até 8h de trabalho
- ✓ Melhoria nas condições de trabalho

ESCOLARIDADE DO VIGILANTE O QUE ESTÁ VALENDO HOJE

Com o Estatuto da Segurança Privada (Lei 14.967 de 2024), a profissão de vigilante passou a ter novas regras e requisitos de escolaridade mínima.

Para atuar como vigilante patrimonial, a exigência passa a ser **ensino fundamental (9º ano) completo**.

Já funções como supervisor de segurança, de monitoramento, técnico externo e operador de sistemas eletrônicos passam a exigir ensino médio completo como requisito mínimo.

Essas exigências valem para quem está entrando na profissão agora ou vai se matricular em novos cursos de formação e aperfeiçoamento, iniciados após setembro de 2024, quando o Estatuto foi aprovado e entrou em vigor.

Nesses casos, para fazer um novo curso ou especialização, a escolaridade mínima será exigida e a conclusão do 9º ano do ensino fundamental precisa ser comprovada no ato da matrícula, junto com os demais requisitos e as exigências da Polícia Federal.

Para o vigilante profissional que já está na ativa, com curso de formação concluído e registro regular desde antes de setembro de 2024, a lei permite que ele continue atuando e fazendo atualização (antiga reciclagem) normalmente.

Em caso de dúvidas, procure o Sindicato. Nós estamos aqui para garantir que nenhum trabalhador regular seja prejudicado por interpretações equivocadas da nova lei.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO INÉDITA EM MG VALORIZA PROFISSIONAIS DA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

O Sindicato dos Vigilantes de Minas Gerais conquistou um marco histórico para os trabalhadores da vigilância eletrônica. Pela primeira vez, o setor passa a contar com uma Convenção Coletiva de Trabalho exclusiva, com regras específicas para quem atua com monitoramento remoto, CFTV, alarmes, rondas por aplicativo, instalação e manutenção de sistemas.

Até então, esses profissionais eram enquadrados na convenção da segurança patrimonial, sem considerar as particularidades da área. Com a nova CCT, o segmento passa a ter pisos próprios e um instrumento de proteção adequado à realidade das funções.

A convenção inclui operadores e monitores, técnicos, auxiliares, montadores,

inspetores, supervisores, consultores e motoqueiros vistoriadores, além de profissionais de nível superior ou registrados no CREA. Para o Sindicato, o reconhecimento formal desse grupo representa um avanço que acompanha o crescimento da segurança eletrônica em todo o estado.

Além dos pisos salariais - no BOX ao lado - a CCT garante benefícios como vale-refeição, cartão cesta básica, plano odontológico, seguro de vida, adicional noturno de 40%, hora extra de 50% e tempo de troca de uniforme de até 15 minutos, entre outros. As regras valem desde 1º de outubro de 2025, com vigência até 31 de julho de 2026.

A convenção também define jornada padrão de 44 horas

semanais ou 220 mensais, reconhece o sistema 12x36 e regulamenta intervalos, banco de horas e revezamentos. Segundo o Sindicato, esses parâmetros dão mais segurança jurídica aos trabalhadores e facilitam a fiscalização.

O presidente Edilson Silva ressaltou que a nova CCT fortalece a categoria e cria uma base legal para combater irregularidades no setor.

“É uma conquista importante. Se a empresa não cumprir os pisos ou benefícios, o trabalhador deve procurar imediatamente o Sindicato”, afirma.

Com a nova convenção específica, o Sindicato reforça que seguirá acompanhando e fiscalizando a aplicação das regras para garantir que todos os profissionais tenham seus direitos respeitados.

PISOS SALARIAIS – VIGILÂNCIA ELETRÔNICA (220h mensais)

Função	Piso Mensal (R\$)
Operador/Monitor	1.762,97
Técnico de Sistemas	1.788,90
Auxiliar de Técnico	1.638,88
Supervisor de Monitoramento	2.373,95
Técnico com curso superior/CREA	2.767,34
Motoqueiro Vistoriador*	1.623,94*

*A periculosidade deve ser calculada sobre o salário-base.

JURÍDICO DO SINDICATO FAZ MAIS DE 23 MIL ATENDIMENTOS EM 2025

Ao longo de 2025, o jurídico do Sindicato trabalhou intensamente para orientar e defender os vigilantes. Foram **23.505 atendimentos** ao todo, somando **5.280 serviços presenciais** com **18.225 atendimentos remotos**, que garantiram alcance amplo às demandas da categoria.

Foram abertas **172 ações trabalhistas**, sendo **32 coletivas** e **140 ações individuais**, movidas por trabalhadores que tiveram seus direitos desrespeitados.

Além disso, esteve em **321 audiências** e participou de **120 mediações** no Ministério do Trabalho, para assegurar que empresas cumprissem suas obrigações.

Foram **5.923 homologações**, acompanhamento essencial para evitar prejuízos e corrigir falhas em rescisões dos trabalhadores. Inclui verificação de documentos, conferência de valores e orientação direta.

Na área cível, o jurídico também se manteve ativo, com **26 processos** iniciados, **48 audiências** realizadas e **17 contratos** extrajudiciais formalizados, reforçando o apoio prestado aos associados.

O balanço de 2025 mostra mais um ano de atuação firme, enfrentamento às práticas irregulares e de trabalho técnico voltado à **proteção dos vigilantes**. O Sindicato trabalha firme para que cada trabalhador tenha seus direitos garantidos.

DIA A DIA DA CATEGORIA De olho no patrão!

SOUZA LIMA / HORAS EXTRAS

O Sindicato dos Vigilantes MG notificou a Souza Lima após denúncias de que as horas extras estariam sendo pagas por meio do tíquete refeição a trabalhadores no Sul de Minas, incluindo o setor Votorantim, em Itaú de Minas.

Em resposta, a empresa confirmou a prática, alegou tratar-se de uma “política interna”, e afirmou não haver prejuízo financeiro aos trabalhadores.

O Sindicato discorda e considera a medida irregular, pois o pagamento das horas extras deve constar no contracheque, com todos os reflexos legais garantidos: nas férias, 13º salário, FGTS e aposentadoria.

Diante disso, o Sindicato já entrou com ação na Justiça do Trabalho e a primeira audiência está agendada para o dia 3 de dezembro.

BROMO / PREFEITURA DE IPATINGA

Sindicato dos Vigilantes MG está em constante contato com a Bromo Segurança.

Exige da empresa uma solução pela falta do pagamento devido aos trabalhadores do setor Prefeitura de Ipatinga. Alguns ainda não receberam os salários e benefícios referentes ao mês de outubro.

Em novembro, a empresa continuou realizando o pagamento de forma

irregular: pagou apenas o salário do mês e não os benefícios.

Ao todo, são cerca de três meses de cesta básica e tíquete refeição pendentes. Além disso, alguns trabalhadores alegam que estão com mais de uma férias vencidas.

O jurídico do Sindicato já ajuizou ação na Justiça do Trabalho, com audiência marcada para 12 de fevereiro.



FIQUE POR DENTRO DE TUDO O QUE INTERESSA À CATEGORIA. ASSISTA AO PROGRAMA VOZ DO VIGILANTE MG: TODA TERÇA, ÀS 19H, AO VIVO, PELO YOUTUBE, FACEBOOK E INSTAGRAM.